



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 18

MANDATO 2021/2025

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Intervenção do público; -----

2 - Período antes da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA -----

1 – Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Designação de dois representantes das freguesias do Concelho de acordo com a alínea b), do n.º 3, do artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro. -----

2 – Discutir e votar propostas da câmara municipal sobre: -----

2.1 - Processo n.º. 936/2022 (14), em nome de Compatiblespirit - Local: Cavada da Mina - Campo e Sobrado - Pedido de reconhecimento de interesse público municipal; -----

2.2 - Processo n.º. 937/2022 (14), em nome de Singular Sphere, Lda. - Local: Lugar de Sobrado - Campo e Sobrado - Pedido de reconhecimento de interesse público municipal. -----

2.3 – 1ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2023 (inclusão do saldo de gerência transitado); -----

2.4 - Proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Valongo; -----

2.5 - Regulamento de Ocupação do Espaço Público com Postos de Carregamento de Veículos Elétricos do Município de Valongo – Aprovação. -----

3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes vinte e nove elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, a Senhora Vice-Presidente da Câmara Ana Maria Martins Rodrigues, os/as senhores/as vereadores/as Paulo Miguel da Silva Santos, Orlando Gaspar Rodrigues, Mário Armando Martins Duarte, Paulo Jorge Esteves Ferreira e Nuno Jorge Gaspar Ribeiro. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Catarina Maria Moreira das Neves Lobo, Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima, Daniel Filipe Alves Felgueiras, Daniel Filipe Dias Feliz, Pedro Miguel Bouça Fernandes e Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa tendo substituídos, respetivamente, por Daniel Filipe Pinto Moreira, Ana Sofia Sousa de Melo, Ana Isabel Loureiro Pereira, Ana Isabel Oliveira Gonçalves Abreu, Ana Margarida Ferreira Leal e Adelino Joaquim Machado Soares. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Verificou-se a falta dos Membros Jorge Manuel Mendes da Silva e Sónia Maria Bacelar Brochado Coutinho devido a imprevisto de última hora. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

A Primeira Secretária da Assembleia, **Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, concedeu a palavra aos munícipes que pretendessem intervir, não se tendo verificado intervenções. -----

De seguida concedeu a palavra aos Membros que pretendessem intervir. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, apresentou a seguinte **Recomendação**: -----

“Logística Urbana Sustentável -----

Recentemente e muito alavancado pelas crescentes preocupações ambientais os setores de transportes de mercadorias e logística urbana têm adquirido maior visibilidade e prioridade política. Ainda assim, são escassos os esforços realizados neste sentido. -----

A título e exemplificativo são poucas as Camaras Municipais com Regulamentos Municipais de Cargas e Descargas. Este regulamento é um instrumento simples de regulação e ordenamento de atividade logística em meio urbano. -----

Em Portugal de acordo com o estudo da Caracterização da Logística Urbana na cidade do Porto - Relatório 3, de 2019, em 2018, 46% dos portugueses efetuaram compras online, havendo uma elevada concentração nos principais centros urbanos de Lisboa e Porto. O E-Commerce cresceu 17% de 2018 face a 2017, tendo atingido um volume de negócios na ordem dos 5 000 mil milhões. O mesmo estudo espera para um forte crescimento do E- Commerce, em Portugal nos próximos anos. o mesmo ocorre na distribuição do Business to Business, onde o volume de entregas tem aumentado consistentemente ao longo dos últimos anos. -----

Este desenvolvimento, fruto do desenvolvimento humano apresenta complicações em diversos setores: -----

- Político -----

- Económico -----

- Social -----

- Tecnológico -----

- Ambiental -----

- Legal -----

São várias as situações que já se fazem notar no município de Valongo principalmente nos maiores centros urbanos como Ermesinde e Valongo. -----

Como exemplos: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- Filas de carros, pois está uma carrinha em segunda fila a fazer descargas a meio do dia; -----
- Extrema poluição por parte dos camiões devido ao para/arranca em alturas de maior fluxo; -----
- Transito excedente em horas de ponta devido ao grande fluxo de veículos comerciais; -----
- Entradas de garagem obstruídas por veículos comerciais que aproveitam “o espaço” para parar e fazer entrega: -----
- Entre muitos outros. -----

O World Economic Fórum, alerta para os aspetos relevantes a considerar e que incluem: -----

- O aumento acelerado do E-Commerce, -----
- A compressão dos tempos de entrega; -----
- A mudança tecnológica da motorização dos veículos de transporte. -----

As duas primeiras tendências vão induzir a procura de serviços de transportes de mercadorias, sendo que a última visa reduzir a contribuição do setor para as emissões locais dos gases com efeito de estufa. -----

De notar que a mesma instituição prevê, ainda um aumento de 78% da logística urbana (medida em termos quantidade de entregas), até 2030 (comparada com 2020). -----

A nível do distrito do Porto, dentro do Plano “PLUS PORTO”, foram identificados 15 Recomendações para a Mitigação deste problema. -----

1. Plano estratégico Municipal para a logística urbana; -----
2. Implementação do fórum de Discussão da Logística Urbana; -----
3. Help-desk para a logística Urbana; -----
4. Micro- plataforma logísticas; -----
5. Drop-off Points, -----
6. Circulação das viaturas de mercadorias nas vias Bus; -----
7. Campanhas de sensibilização junto dos lojistas e comerciantes; -----
8. Relocalização e dimensionamento dos lugares de carga e descarga; -----
9. Adaptação das infraestruturas; -----
10. Redimensionamento dos lugares de carga e descarga; -----
11. Comunicação automática entre o SI da CMV e o SI dos operadores; -----
12. Ajuste das janelas horarias às reais dinâmicas do setor; -----
13. Ajustar tempos de cargas e descargas à tipologia do operador; -----
14. Restrição de circulação baseada na volumetria; -----
15. Aumento eficácia da fiscalização da atividade logística. -----

Desta forma, o grupo municipal do CDS-PP Valongo, recomenda à Camara Municipal de Valongo que: -----

1. Desenvolva estudos na área das infraestruturas, Regulamentos e Incentivos e Gestão Operacional com vista mitigar o problema no Município de Valongo; -----
2. Analise o Programa “PLUS PORTO” no intuito de contribuir bidireccionalmente para este projeto.” -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, apresentou a seguinte **Moção**: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*“Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores -----
A Escola Pública é um dos pilares da democracia. É ela que concretiza o direito constitucional à Educação e fortalece a cidadania. A ampliação da Escola Pública a todo o território e o alargamento da escolaridade obrigatória foram tarefas cumpridas por gerações de profissionais da educação que, às portas dos 50 anos do 25 de abril, veem degradar-se as suas condições de trabalho. Os sinais dessa degradação são conhecidos. -----
Todos os anos há milhares de alunos sem professor a pelo menos uma disciplina. A desvalorização da carreira docente, a persistência da precariedade e de regras de concursos que provocam instabilidade e permitem injustiças têm feito milhares de docentes abandonar a profissão e poucos são os jovens que se sentem atraídos pela docência. -----
Ao longo dos anos, o governo tem-se recusado a tomar medidas justas de valorização da carreira docente, como a recuperação de todo o tempo de serviço dos professores e a necessária negociação com os representantes dos docentes para a criação de um novo regime de recrutamento e mobilidade. O governo foi impondo regras avulsas que criaram ainda mais entropia num sistema que já é uma manta de retalhos. -----
De forma também avulsa e sem ouvir as comunidades educativas, o governo tem empurrado para as autarquias competências em matéria de Educação. Recentemente a Resolução do Concelho de Min istros n.º 123/2022, 14 de dezembro de 2022 apareceu como mais uma peça desta reforma da educação feita de costas para os trabalhadores e para a população. O governo criou o espectro de uma maior centralização de decisões nos municípios, em comunidades intermunicipais e em supostos conselhos de diretores. A resposta dos docentes tem sido forte, em múltiplos protestos em defesa da sua profissão e da escola Pública. -----
Os processos de municipalização e de regionalização da educação são propícios à atomização dos sistemas educativos, criando assimetrias territoriais. A crítica destes processos não é medo da mudança, é defesa do direito à Educação em todo o país. Um processo de descentralização feito no interesse da escola Pública, não seria uma municipalização, começaria pelas escolas, pelo reforço da gestão Democrática das escolas. -----
São as escolas quem pode assumir competências adequadas à escala de cada comum idade educativa, são elas quem se pode responsabilizar pelo seu projeto educativo e pela implementação local das políticas educativas. -----
O reforço da escola Pública exige a defesa da Gestão Democrática das escolas, o combate à precariedade e a valorização da carreira docente. É urgente vincular os docentes precários, recuperar o tempo de serviço dos docentes, eliminar ultrapassagens, garantir horários adequados, criar um sistema de avaliação e progressão sem injustiças, instituir um mecanismo de aposentação que responda às especificidades da profissão e que garanta o rejuvenescimento do corpo docente. Respeitar os direitos dos professores é fortalecer a democracia. -
Assim a Assembleia Municipal de Valongo reunida a 28 de fevereiro de 2023, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: -----
1. Recomendar ao Governo que proceda á recuperação de todo o tempo de serviço dos docentes, garantindo a todos os docentes o seu posicionamento no escalão remuneratório correspondente ao tempo efetivamente prestado, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Estatuto da Carreira Docente. -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

2. Recomendar ao Governo que reveja, mediante negociação sindical, o regime de recrutamento e mobilidade de pessoal docente dos ensinos básico e secundário estabelecido pelo Decreto-lei n.º 132/2012, de 27 de junho.

3. Recomendar ao Governo que crie, mediante negociação sindical, um regime específico de aposentação dos docentes de forma a garantir o término de atividade num tempo justo e a assegurar o rejuvenescimento do corpo docente. -----

Aprovada esta moção, deve de ser remetida ao Governo, à Assembleia da República, e aos partidos com Assento Parlamentar.” -----

De seguida fez a seguinte intervenção: -----

Como todos sabemos, a habitação é um dos problemas que mais aflige a população. A inflação, associada ao aumento das taxas de juro vieram-se juntar à especulação imobiliária, e hoje, é ainda maior a discriminação no acesso à habitação. -----

O acesso é agravado não só às classes mais desfavorecidas, mas também à classe média. -----

O Combate à crise habitacional passa primeiramente pelo poder local, que melhor conhece o seu território e as suas carências. -----

Aos municípios é atribuído o papel muito importante nas respostas de realojamento. Esse apoio, pode ser por apoio às rendas, aquisição de terrenos para construção habitacional, arrendamento para subarrendamento e aquisição de habitações já construídas e disponíveis no mercado. -----

Quanto a estas duas últimas opções, o Bloco de Esquerda entende que não se devem substituir à construção de novas habitações, a preços controlados. Se assim não for, arriscamo-nos a estar a beneficiar o infrator, ou seja, estar a comprar imóveis a preços inflacionados, a quem ajudou a inflacionar esses preços, acrescido de benefícios fiscais. -----

A estratégia local de habitação do município de Valongo está desatualizada. Foi construída com base em dados de há 4 ou 5 anos, onde as taxas de juro e a inflação eram negativas. -----

O Bloco não desiste da luta por habitação com condições para todos os cidadãos, por esse motivo, continuaremos a defender que a autarquia deve aumentar o parque habitacional público para, pelo menos, 6%. - Valongo, a par de municípios como Moita, Lagos, Santo Tirso, Funchal, Batalha, Rio Maior, Alvaiázere, Silves e Caldas da Rainha, destaca-se no panorama nacional por, em relação ao IMI, ser um dos municípios que vai penalizar os proprietários de imóveis devolutos, com uma taxa que pode ir até 30%. -----

Assim, não só com base nas alterações ao IMI (que possibilitam o acréscimo de taxa), mas também para se saber quantas habitações poderiam estar disponibilizadas no mercado, pergunta-se ao Sr. Presidente da Câmara: -----

Quantos prédios devolutos no município estão abrangidos por este agravamento?” -----

O Membro do Grupo Municipal da CDU, **Adelino Joaquim Machado Soares**, fez a seguinte intervenção: -----

“Aumento do preço da água, saneamento e resíduos sólidos 2023 -----

Tal como em 2022, o ano de 2023 será mais um ano de aumentos do preço de água, saneamento e resíduos sólidos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

No ano passado, a fatura da água aumentou cerca de 5%, agora para o ano de 2023 o aumento será de 11%. Mas como todos nós sabemos estes aumentos não vão ficar por aqui. Só no ano de eleições é que o PS teve a dignidade de pensar nos Valonguenses e assumir para si o aumento que a empresa estipulou. Numa altura de aumentos dos preços de todos os bens de consumo, não seria essencial que se fizesse o mesmo? Na verdade, o que mudou de 2021 para 2023, não foram as condições de vida das populações, mas sim o facto de em 2023 não termos eleições. -----

Irá o Sr. Presidente da Câmara afirmar que não é sua a responsabilidade, que a culpa é dos malvados do PSD, não podemos deixar de lhe dar razão, mas em parte. Estando o PS no seu terceiro mandato, cabia ao PS retirar do contrato de concessão a clausula que permitirá à concessionária impor aos Valonguenses vários aumentos até 2036. Uma cláusula que permite que o negócio da água em Valongo não tenha qualquer risco para a empresa concessionária. Se os valonguenses consumirem menos, a empresa aumentará os preços obtendo o lucro que foi estipulado, num contrato que beneficia apenas uma das partes. -----

Faltam 13 anos para o fim deste contrato, está a Câmara Municipal a preparar para reassumir a gestão do abastecimento e saneamento do concelho? Tem a Câmara Municipal de Valongo verificado o respeito das obrigações por parte da empresa concessionária ou iremos de aqui a 13 anos receber uma rede de abastecimento envelhecida e sem manutenção?" -----

De seguida apresentou a seguinte Tomada de Posição/Requerimento: -----

“Estado da Saúde no concelho de Valongo -----

O Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, alterado pelos posteriores decretos de lei, (artigo 191.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 29 de junho, pelos Decretos-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto e n.º 84-E/2022, de 14 de dezembro), concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da saúde durante o ano de 2023. Se até agora deveria ser uma preocupação central da governança da Câmara Municipal os serviços disponibilizados aos valonguenses nesta área, com a transferência de competências deixará de ser apenas uma necessidade de preocupação para se tornar numa obrigação de proporcionar condições dignas a todos os que necessitam deste serviço. Se bem que a gestão dos recursos humanos médicos continua centralizado no Ministério da Saúde, o edificado, assistentes operacionais, equipamentos não médicos e apoio logístico passará a ser da responsabilidade do município, assim como terá a CM a competência de fixar os horários de funcionamento das unidades de cuidados de saúde de proximidade que se localizem no respetivo território. -----

O Agrupamento de Centros de Saúde de Maia-Valongo (ACES), contabiliza 222.622 utentes inscritos, contando com 19 Unidades de Saúde Familiar e 124 Médicos de Saúde Geral e Familiar. -----

No passado dia 27 de fevereiro de 2023, uma delegação em que participou o Deputado do PCP Alfredo Maia, reuniu com o Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto III – ACES Maia/Valongo de forma a realizarmos um diagnóstico das necessidades e das dificuldades sentidas, dessa reunião salientamos o seguinte: -----

- No concelho de Valongo existem cerca de 1700 utentes sem médico da família atribuído; -----
- Cerca de 1300 utentes sem médico de família pertencem ao Centro de Saúde de Campo; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- *Prevê-se que a contratação de mais um médico, poderá resolver a falta de médico de família dos utentes do CS de Campo; -----*
- *9% dos médicos (11 médicos) encontram-se em baixa médica ou licença de maternidades, o que poderá significar que cerca de 14.000 utentes se encontram sem médico de família; -----*
- *O Serviço de Atendimento a Situações Urgentes (SASU) realiza-se ao fim de semana das 9 às 21h com cerca de 140 pacientes por dia. -----*

Para além das informações prestadas na reunião, foi também verificado que: -----

- *As consultas abertas no caso do Centro de Saúde de Campo não podem ser agendadas, se o utente não obtiver vaga para a parte da manhã, tem de permanecer nas instalações do Centro de Saúde até ao início do turno da tarde para obter vaga. Esta situação parece-nos desumana e necessita de ser alterada, seguindo, por exemplo o procedimento da Unidade de Saúde Familiar de Ermesinde. -----*
- *As consultas que não são de carácter regular, apresentam tempos de espera em média muito superiores a 1 mês. -----*

Vimos requerer da Câmara Municipal de Valongo as seguintes informações: -----

Qual o ponto de situação do projeto “Saúde Oral para Todos”, que levou a instalação de Consultórios de Saúde Oral nas Unidades de Saúde Familiar? Pretendemos que nos sejam facultados dados acerca do número de atendimentos realizados desde o início do projeto, assim como dos tempos médios de espera para um tratamento dentário. -----

Quais as ações que a CM de Valongo está a realizar para atingir os objetivos elencados no Plano Municipal de Saúde de Valongo, que terá o seu término em 2025? -----

Pretende a CM de Valongo intervir com o objetivo de ser alargado o período de atendimento urgente, que dada a sua limitação horária empurra muitos utentes para as urgências do hospital, com o conseqüente entupimento dos serviços de urgência?” -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, apresentou a seguinte **Moção**: -----

“De Solidariedade com os profissionais de educação. -----

Neste momento mais agitado da vida da Escola Pública, importa começar por saudar todos aqueles que ao longo destes quase 49 anos de abril, a construíram e afirmaram: os eleitos locais, regionais e nacionais, os diferentes decisores e construtores de pensamento e, muito especialmente, os que se encontram nos territórios educativos, professores, técnicos especializados, assistentes operacionais e administrativos. Todos, sem exceção, de norte a sul, do litoral ao interior, que com os seus desempenhos contribuem para mais e melhor educação e para que Portugal tenha alcançado os progressos que alcançou neste meio século de Democracia. - Efetivamente, a escola Pública, tal como o Poder Local Democrático, tem-se construído como uma das mais importantes conquistas de Abril, contribuindo em diferentes vertentes, para o desenvolvimento do país, como um todo coeso, dando força a um povo resiliente que, nas suas gentes mais novas tem uma das suas maiores riquezas e, sobretudo, perspetiva de futuro. Se dúvidas existissem, os recentes e duros anos de pandemia deixam bom testemunho deste importante papel. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Assim sendo, é preciso reconhecer os avanços e as políticas que, nomeadamente nos anos mais recentes, se têm vindo a desenvolver, com impactos estruturantes através de múltiplos projetos de inovação e flexibilização curricular, do reforço da autonomia das escolas, da partilha de boas práticas entre escolas, do alargamento da oferta educativa, da melhoria dos instrumentos de avaliação, do foco na digitalização, do acesso a manuais escolares gratuitos, do reforço das práticas de inclusão, do desbloqueamento da contagem de tempo de serviço dos professores e recuperação de parte do tempo de serviço congelado, bem como o aumento do número de vagas do quadro. -----

Conscientes de que as sequelas das crises financeiras anteriores não sararam completamente e se encontram latentes, importa reconhecer que para uma escola pública de qualidade é determinante a valorização dos seus profissionais, sejam eles docentes ou não docentes, incluindo aqui assistentes operacionais e assistentes administrativos e técnicos especializados. No que respeita à carreira de docente e ao que ela tem de particular, é fundamental que a redefinição territorial dos chamados Quadros de Zona Pedagógica se traduza numa efetiva aproximação à residência, que se consensualize um modelo de vinculação dinâmica que resulte num combate efetivo à precariedade da profissão e que se encontre um denominador comum que permita dar passos efetivos rumo à descentralização. A par destes desafios, é relevante considerar ainda outros específicos da carreira docente, como a correção das ultrapassagens que resultam do desbloqueamento das carreiras e do descongelamento, ainda que parcial, do tempo de serviço, ou aspetos que são comuns a diferentes carreiras da administração pública, como o modelo de avaliação e progressão na carreira. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 28 de fevereiro de 2023, solidária com a luta dos professores de educação, considera absolutamente relevante que, no decorrer da atual ronda entre o Governo e os diferentes sindicatos do setor da Educação, se consiga, com abertura, sentido de responsabilidade, de compromisso, com a consciência relativamente aos constrangimentos do país, mas também das reais necessidades dos profissionais, percorrer um caminho justo e equilibrado de resposta às necessidades da Escola Pública e dos seus profissionais.” -----

Disse, de seguida, que relativamente à Estratégia Local de Habitação se encontra em execução, está a avançar, vai haver habitação nova, vai-se tentar não cometer erros que aconteceram no passado. -----

Quanto à questão da água, uma negociação implica duas partes significando que ambas as partes pretendem negociar, para recuperar a concessão são necessários largos milhões de euros que o Município teria de colocar à disposição da concessionária. O PS tem tentado criar condições para melhoria dos serviços prestados tentando que isso não impacte na vida da população. -----

*O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que o BE não criticou a Estratégia Local de Habitação, mas sim disse que está desatualizada, a construção de habitação leva tempo é necessário adquirir terreno, fazer projeto e iniciar a obra. -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal da CDU, **Adelino Joaquim Machado Soares**, disse que faltam 13 anos para o fim do contrato de concessão, assim questionam se a Câmara se está a preparar para assumir o abastecimento de água e saneamento no concelho. -----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Ana Maria Martins Rodrigues**, disse que relativamente ao preço da água, como já foi dito existe um contrato de concessão para cumprir, que estão a cumprir, mas têm estado em desequilíbrio, existe uma recomendação da ERSAR que obriga a que o custo da água seja suportado pelo consumidor. -----

O Vereador, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que relativamente à questão de rever o plano para a Estratégia Local de Habitação, trata-se de uma situação que assola o país, falta habitação, o Governo tem tomado medidas, para além do 1.º Direito já anunciou, recentemente, medidas para combater o problema. ----- Para resolver o problema da carência habitacional no concelho de Valongo, que é real, existe mais procura do que oferta o que faz subir os preços da habitação, para combater isso para além do 1.º Direito têm de proporcionar interesse para os privados contruírem, pois, o problema não se resolve só com habitação a custos controlados. Portanto é necessário atrair o investidor para que a oferta de habitação aumente, com a criação de mais oferta vai regular os preços do mercado. -----

Criaram as ARU – Áreas de Reabilitação Urbano, que dá benefícios em termos de impostos para a reabilitação de habitação devoluta. -----

Com a desmaterialização dos processos de licenciamento estão de forma a encurtar os prazos para que os privados não percam janelas de oportunidades e possam vir para o concelho fazer nova construção. -----

Com a revisão do Plano Diretor Municipal vão acautelar que os investidores privados vão ter de proporcionar mais qualidade de vida em termos de áreas privadas, áreas comuns e os materiais que vão utilizar. -----

Relativamente ao 1.º Direito assinaram um contrato com o Governo de cerca de 41 milhões de euros, quando se diz que tem de ser atualizado, não, primeiro tem de ser executado e existe disponibilidade, por parte do Governo, para rever a Estratégia Local de Habitação em todos os municípios. -----

Numa primeira fase vão construir 190 fogos, um acréscimo de 14% face àquilo que existe, ou seja, vão aumentar em 14% a habitação a custos controlados. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do PS, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**. -----

De seguida colocou à discussão a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do BE, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **reprovada por maioria** com 17 votos contra do Grupo Municipal do PS, 1 abstenção do Grupo Municipal Nós Cidadãos, 1 abstenção da Membro Esperança Maria de Oliveira Teixeira, 10 votos a favor dos Grupos Municipais do PPD/PSD, CDS/PP, CDU e BE. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadão, **João Carlos Santos Castro Paupério**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

“A minha declaração de voto é no sentido, ciente da luta dos professores que não só têm tido neste país pela reposição dos seus direitos, é um facto que eu moralmente deveria de votar a favor desta moção. No entanto, para manter a minha coerência em que realmente alguns deputados acham que foram eleitos para a Assembleia da República, pois nós estamos na Assembleia Municipal de Valongo e não na Assembleia da República, e sempre que sejam chamados a moções sobre decisões que não compete à Assembleia Municipal, mas sim à Assembleia da República, nomeadamente ao Governo, o Nós Cidadãos manterá sempre o seu voto pela abstenção.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 1 – Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Designação de dois representantes das freguesias do Concelho de acordo com a alínea b), do n.º 3, do artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro. --

Foi aprovado, por maioria, a designação de Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima, Presidente de Junta da Freguesia de Valongo e Alfredo da Costa Sousa, Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, com 27 votos a favor, 1 voto contra e 1 voto nulo. ----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.1 - Processo n.º. 936/2022 (14), em nome de Compatiblespirit - Local: Cavada da Mina - Campo e Sobrado - Pedido de reconhecimento de interesse público municipal; -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, disse que Sobrado tem sido o parente pobre do concelho, tem passado, frequentemente, por Sobrado não há grande preocupação por parte da população relativamente à Central Fotovoltaica. -----

Fez uma pesquisa e descobriu que a LIPOR tem uma Central Fotovoltaica que produziu no primeiro semestre de 2018, 146.654 KW equivalentes a 174 toneladas de CO2, com 1200 painéis solares, desde a entrada em vigor, em 2013, produziu cerca de 1900 Megawatts, evitou 807 toneladas de CO2. Em 2020 o novo parque fotovoltaico abasteceu o equivalente a 275 famílias e produzirá 1.1 Gigawatts de eletricidade poupando 518 toneladas de CO2, ocupando 5.400 mt2. -----

Se a LIPOR levanta a bandeira de reduzir, reciclar, reutilizar, faz-lhe confusão que se parta logo para a rejeição da instalação de uma Central Fotovoltaica, que poderá poupar o ambiente com a redução de toneladas de CO2. Questiona se para além do impacto visual existe mais algum perigo para a população, bem como gostaria de saber se foram apresentadas contrapartidas para o concelho, se é possível descarregar a energia produzida na Central Elétrica de Valongo e de Ermesinde. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que relativamente a este assunto tiveram conhecimento que o promotor fez o pedido para que fosse retirado, no entanto estão a discuti-lo, e todos reconhecem que as centrais fotovoltaicas são uma mais-valia, mas trata-se de um pedido de interesse público municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Se os painéis fossem para fornecer as habitações, ou serviços de Valongo, algo que fosse diretamente relacionado com os valonguenses, haveria interesse municipal, uma vez que é para produzir e injetar na rede, estão perante alguém que encontra um local com boa exposição solar, com menor custo de instalação e maior maximização do lucro. -----

Apesar da fonte de energia ser limpa tem impacto para a população a nível do solo, da vegetação, ao nível das árvores, a passagem de linhas de alta tensão. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse que as centrais propostas não satisfazem um conjunto de necessidades que as próprias invocam, não satisfaz a nível de patamares de evolução na área da educação, da cultura, da justiça, nada está garantido relativamente à manutenção da produção no concelho de Valongo, falam de alavancagem da economia local, mas não dão números, não concretizam, nada é garantido em que o concelho beneficia. -----

A freguesia de Sobrado não foi auscultada, não foi ouvida, não podem fazer como foi feito no passado, erradamente, em não ouvir a população que depois é confrontada com uma decisão final. -----

Estão a falar de painéis fotovoltaicos, falam de utilização de mão-de-obra sem especificar como, as centrais fotovoltaicas têm tempo limitado da sua utilização, o que vai acontecer depois, nada é dito no projeto, qual o impacto no ecossistema não é referido, bem como o impacto ambiental. Existe um património arqueológico que tem de ser defendido, que está identificado e deve ser valorizado. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, disse que não tinha dados suficientes para demonstrar a perigosidade ou não do interesse direto na produção e instalação das centrais fotovoltaicas. -----

Não sabe se houve alguma aproximação da empresa para negociar as contrapartidas para o concelho e para a freguesia que seria a mais afetada. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Campo e Sobrado, **Alfredo Costa Sousa**, disse que relativamente aos processos, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Campo e Sobrado, tem muita cautela em Sobrado têm tido muitos dissabores. -----

É da opinião que se deve evoluir para a produção de energia limpa, a energia fotovoltaica é quase limpa. -----
Ninguém explicou o que irão fazer com os cerca de 100 mil painéis solares ao fim de 25 anos, que será a sua vida útil, como vão ser reciclados, os documentos como foram apresentados não dizem claramente que não existem mais-valias. -----

O Vereador, **Paulo Ferreira**, disse que não estão contra a instalação de painéis solares fotovoltaicos, trata-se de uma tecnologia que veio para ficar, uma das soluções que o mercado está a adotar, e enquanto Município estão a fazê-lo através das chamadas “Comunidades Energéticas” em conjunto com a Agência de Energia do Porto, de quem são associados e estão a trabalhar em projetos para colocação de painéis fotovoltaicos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

aproveitando as infraestruturas municipais e outros locais como os empreendimentos de habitação social, onde existe um benefício direto. -----

No caso em concreto houve reuniões com a empresa que se propõe a investir onde não ficou claro que haja benefício para o Município de Valongo, o benefício é para o empresário pois a energia é injetada na rede. -----

O que está a ser pedido é que seja reconhecido o interesse público municipal, e não o projeto, na deliberação não consta nada que haja interesse público municipal, mas sim interesse privado, bem como a solução apresentada não é a ideal para os locais, existem outras soluções que poderiam permitir como existir árvores, fauna e flora por baixo dos painéis, o que não é o caso. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.1 - Processo nº. 936/2022 (14), em nome de Compatiblespirit - Local: Cavada da Mina - Campo e Sobrado - Pedido de reconhecimento de interesse público municipal, sendo **aprovado por maioria** o indeferimento do pedido de reconhecimento de interesse público municipal referente à obra de construção da Central Fotovoltaica I, nos termos da Deliberação de Câmara, com 28 votos a favor e 1 abstenção do Grupo Municipal Nós Cidadãos. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.2 - Processo nº. 937/2022 (14), em nome de Singular Sphere, Lda. - Local: Lugar de Sobrado - Campo e Sobrado - Pedido de reconhecimento de interesse público municipal, não se tendo verificado intervenções colocou à votação sendo **aprovado por unanimidade** o indeferimento, do pedido de reconhecimento de interesse público municipal referente à obra de construção da Central Fotovoltaica II, nos termos da Deliberação de Câmara. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

“Antes que me acusem de incoerência, eu efetivamente votei a favor desta proposta no seguimento do esclarecimento feito pelo senhor Vereador Paulo Ferreira. Eu não concordo que a central fotovoltaica, que esta ou a anterior sejam de interesse publico municipal. Agora aquilo que realmente é transmitido e que já tinha sido transmitido pessoalmente porque a pessoa não está presente e, portanto, vou-me abster de mencionar era que realmente a Câmara de Valongo iria ser contra as centrais fotovoltaicas pura e simples. Agora depois do esclarecimento feito sei que vão existir centrais fotovoltaicas no concelho de Valongo, mas através de um outro projeto e, portanto, cumpre-me votar contra o interesse municipal sobre as centrais fotovoltaicas. No outro já tinha feito uma declaração de voto por abstenção não fazia sentido depois a seguir votar a favor e depois parecia que estava a votar às escondidas.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.3 – 1ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2023 (inclusão do saldo de gerência transitado), não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com 19 votos a favor e 9 abstenções, sendo 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 abstenção do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Grupo Municipal do BE; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

De seguida colocou à discussão o ponto 2.4 - Proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Valongo, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com 21 votos a favor e 7 abstenções, sendo 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD e 1 abstenção do Grupo Municipal do CDS/PP. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.5 - Regulamento de Ocupação do Espaço Público com Postos de Carregamento de Veículos Elétricos do Município de Valongo – Aprovação, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à apreciação o ponto 3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, não se tendo verificado intervenções. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 4 - Aprovação das atas das reuniões realizadas nos dias 06.10.2022 e 28.11.2022, não se tendo verificado intervenções, as atas foram colocadas à votação e **aprovadas por unanimidade** pelos presentes nas reuniões. -----

Seguidamente colocou à votação a aprovação em minuta dos pontos 1, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5, sendo aprovado por **unanimidade**, dando de seguida por encerrada a reunião. -----

O Presidente: _____

A 1.ª Secretária: _____

O 2.º Secretário: _____